



Trabalho Invisível: A Luta por Direitos e Salários Justos

Por Umme Fariha Nanziba, para RAÍZES.

2025/22/10

Desde a independência em 1971, as mulheres desempenham um papel significativo na agricultura, contribuindo para o desenvolvimento fundamental de Bangladesh como uma nação soberana. Naquela época, porém, a agricultura era amplamente vista como um domínio masculino. Em 1974, as mulheres representavam apenas 3,8% da força de trabalho agrícola total, segundo os primeiros levantamentos nacionais de trabalho [1]. Apesar do aumento gradual da participação feminina, seus privilégios — como o acesso a recursos, crédito e controle sobre insumos — não cresceram proporcionalmente. De acordo com a Pesquisa de Força de Trabalho (LFS) de 2022 do Departamento de Estatísticas de Bangladesh (BBS), mulheres com 15 anos ou mais agora compõem 26,2%



da força de trabalho agrícola, enquanto o índice entre os homens é de 19,2% [2]. Isso equivale a cerca de 18,4 milhões de mulheres, superando os 13,55 milhões de homens atualmente empregados no setor.



Mulheres agricultoras de Bangladesh. Fonte: WAVE Foundation

Embora as mulheres estejam envolvidas em atividades agrícolas em todas as regiões de Bangladesh, seus papéis variam de acordo com a geografia e o sistema de produção, e suas condições de vida e trabalho também diferem. De modo geral, as agricultoras rurais ficam para trás e estão em posição muito mais vulnerável. Nas regiões Norte e Noroeste de Bangladesh, as mulheres estão principalmente envolvidas no cultivo de arroz, na produção de vegetais e nas atividades pós-colheita. O Relatório de Avaliação de Gênero da FAO em Bangladesh (2024) revela que mais de 60% das mulheres rurais estão engajadas no trabalho agrícola em muitos distritos do norte, como Rajshahi, Rangpur e Dinajpur. No sudoeste e nas áreas costeiras — como Khulna, Bagerhat, Barishal e Patuakhali —, as mulheres também participam da aquicultura, inclusive a criação de camarões e caranguejos, bem como da jardinagem doméstica. Elas lidam principalmente com alimentação, processamento e gestão em pequena escala. No entanto, vale destacar que a propriedade e o controle das fazendas aquícolas são dominados por homens. Na região central, incluindo Tangail, Mymensingh e Gazipur, a participação feminina ocorre



principalmente na criação de aves, na produção de laticínios em pequena escala e no cultivo de vegetais, geralmente associados a atividades domésticas [3].

Da cultura de grãos à criação de gado, avicultura, horticultura e jardinagem doméstica, as mulheres mantêm viva a agricultura. Sua contribuição, especialmente nas atividades agrícolas informais, é imensa. Das 21 etapas da produção agrícola, as mulheres participam diretamente de 17 [4]. Apesar dessa enorme contribuição, as mulheres agricultoras não recebem o devido reconhecimento — um apagamento deliberado de sua importância de classe. Grande parte do trabalho feminino permanece não remunerado, e mesmo quando é pago, recebem valores muito abaixo do mercado.

O termo “mulheres agricultoras” reflete a diversidade da participação feminina, especialmente das mulheres rurais, na agricultura. Em Bangladesh, essa participação abrange diferentes posições sociais e econômicas — desde trabalhadoras sem terra até pequenas produtoras. A maioria é composta por mulheres camponesas ou sem terra, que trabalham como mão de obra familiar não remunerada ou assalariadas em plantações de arroz, hortas ou na criação de animais. Um grupo menor é formado por pequenas produtoras, que cultivam pequenas áreas de terra e combinam a produção agrícola com avicultura ou laticínios, muitas vezes com o apoio de programas de microfinanças ou ONGs. Apenas uma pequena parcela de mulheres empreendedoras rurais (agripreneurs) possui fazendas ou negócios agrícolas próprios. A maioria das propriedades e empresas é administrada por homens. Devido às barreiras de acesso limitado à terra, crédito e mecanização, é raro ver mulheres participando da agricultura em larga escala. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) relata que as mulheres rurais em Bangladesh têm 20% menos probabilidade de acessar crédito formal em comparação aos homens, principalmente por não possuírem terras e por estarem socialmente excluídas das instituições financeiras [5]. Outro grande problema é o acesso à água e aos sistemas



de irrigação. As mulheres podem usar a água para cultivo ou uso doméstico, mas não têm poder de decisão sobre a gestão da irrigação — normalmente, é o homem quem compra e opera a bomba.



Ferramentas e máquinas agrícolas de Bangladesh. Fonte: WAVE Foundation

Em média, as mulheres ganham quase metade do que os homens recebem pelo mesmo trabalho. O trabalho não remunerado representa um valor excedente oculto que beneficia proprietários de terra e o sistema capitalista. A desigualdade de renda, a discriminação e a opressão contra as mulheres agricultoras são visíveis em todos os aspectos: acesso a recursos, posse de terra, entrada em mercados, negociação de preços, integração em cadeias de valor e serviços de extensão. Terra, máquinas e crédito são os meios de produção dos quais as mulheres são sistematicamente excluídas. Essa marginalização é sistêmica — e não apenas em Bangladesh: ocorre também no Paquistão, Mianmar, Indonésia e em muitos países africanos.

Na Ásia, a condição das mulheres agricultoras é ambígua. Por um lado, sua participação cresce, contribuindo para a soberania alimentar e para as economias nacionais; por outro, grande parte do trabalho feminino permanece invisível e sem reconhecimento, mantendo-as vulneráveis. Em muitos países asiáticos, não há reconhecimento formal



das trabalhadoras agrícolas, o que impede que elas reivindiquem seus direitos e dignidade social.

Segundo a FAO, as mulheres representam mais de 50% da força de trabalho agrícola em Bangladesh [6]. Ainda assim, não são oficialmente reconhecidas como “agricultoras” pelo governo ou pela lei. Por isso, são excluídas da posse de terras, de créditos agrícolas e de programas governamentais, como o Cartão do Agricultor (Krishi Card). O Krishi Card é um cartão emitido pelo governo para ajudar agricultores a obter insumos agrícolas — sementes, fertilizantes e pesticidas — distribuídos pelo Ministério da Agricultura [7]. Ele também auxilia na produção e comercialização e promove a inclusão financeira. O cartão contém informações detalhadas do agricultor: nome, endereço, tamanho da propriedade, tipos de culturas e benefícios governamentais recebidos. Em 2024, o governo interino propôs lançar até 2030 o Cartão Digital do Agricultor (Farmer Smart Card) [8]. No entanto, embora cartões anteriores já tenham sido distribuídos, não há dados precisos sobre quantas mulheres os recebem, pois a maioria foi emitida em nome dos homens. Isso reflete a exploração sistemática do trabalho feminino e a discriminação salarial na agricultura.

As mulheres continuam sendo trabalhadoras invisíveis na agricultura familiar. Sem qualquer compensação financeira, elas trabalham regularmente nas terras da família. Algumas chegam a passar longas horas secando e conservando colheitas, recebendo em troca nada além de três refeições por dia. Apesar de contribuírem com enorme esforço de trabalho, não possuem propriedade sobre a produção. Elas não podem participar das decisões relacionadas ao cultivo, à venda ou à renda. É importante observar que a unidade familiar não é um espaço neutro, mas sim um local de trabalho doméstico e agrícola não remunerado, que reproduz a força de trabalho sem custo para o sistema. A maioria das mulheres agricultoras não possui terra. Segundo o Banco Mundial, apenas



cerca de 13% das mulheres têm propriedade exclusiva ou conjunta de terras agrícolas, em comparação com 70% dos homens [5]. Sem títulos de terra, elas são impedidas de acessar empréstimos agrícolas ou quaisquer insumos gratuitos oferecidos pelo governo.

A discriminação vai além. Na maioria dos casos, as mulheres não têm oportunidade de participar de treinamentos agrícolas. Algumas conseguem frequentar sessões locais, mas estão quase ausentes dos cursos residenciais. Elas também ficam atrás no uso de tecnologias agrícolas. A maioria das máquinas — como tratores — não é adaptada ao uso feminino, tornando-as dependentes dos homens. Além disso, os serviços de internet e aplicativos agrícolas são menos acessíveis para elas. A estrutura patriarcal da sociedade impede o empoderamento feminino, restringindo o uso de tecnologias modernas. Normas sociais, superstições e conservadorismo religioso são fatores centrais dessa exclusão.

Segundo o Departamento de Estatísticas de Bangladesh, 68,1% das mulheres do país estão envolvidas na agricultura [9]. No entanto, elas não têm controle sobre os benefícios de seu trabalho. Não podem vender diretamente no mercado, dependendo dos homens da família para isso. Mesmo quando os produtos são vendidos, elas raramente decidem como o dinheiro será gasto — e, em muitos casos, nem sequer o recebem, pois não é considerado renda própria. Essas barreiras estruturais mantêm as agricultoras em constante luta. A batalha por direitos e salários justos não é apenas econômica, mas também uma questão de igualdade de gênero e direitos humanos.

Para sustentar a agricultura, é essencial reconhecer e valorizar a contribuição das mulheres. As políticas públicas devem assegurar salários justos, reduzir o peso do trabalho não remunerado e reconhecer formalmente as mulheres como agricultoras. Recursos e capitais agrícolas devem estar em suas mãos. A posse de terra é fundamental,



mas, mesmo sem isso, é preciso garantir acesso ao crédito agrícola. Tecnologias adaptadas às mulheres devem ser promovidas. As mulheres agricultoras merecem igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento.

Referências:

[1] Bangladesh Bureau of Statistics (BBS). (2019). Censo da Agricultura 2019. Dacca: BBS. Disponível em:

<https://file.portal.gov.bd/uploads/c3496068-0487-4b73-9667-2f9050dcc323/660/bac/811/660bac8112dec585750590.pdf>

[2] Mulheres na agricultura: Quebrando barreiras, moldando futuros. Disponível em:

<https://thefinancialexpress.com.bd/editorial/women-in-agriculture-breaking-barriers-shaping-futures>

[3] FAO. (2024). Avaliação de Gênero Nacional no Setor Agrícola e Rural em Bangladesh. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Disponível em:

<https://www.fao.org/gender/resources/country-assessments/en>

[4] Mulheres nos sistemas agroalimentares em Bangladesh: Desafios e oportunidades. Disponível em: Zaman, S. (2024). Feminização da Agricultura em Bangladesh. Apresentação no Centro das Nações Unidas para a Mecanização Sustentável da Agricultura (UN-CSAM).

[5] Blogs do Banco Mundial (2019). Para obter autonomia econômica, as mulheres bangladeshies precisam de direitos iguais sobre propriedade. Disponível em:

<https://blohs.worldbank.org/en/endpovertyinsouthasia/gain-economic-empowerment-bangladesh-women-need-equal-property-rights>

[6] Mulheres Agricultoras de Bangladesh. Disponível em:

<https://www.fao.org/family-fayrming/detail/en/c/472863/>

[7] Cartão do Agricultor/Krishi Card. Disponível em: 615f56896df1e437715721.pdf



[8] Governo planeja cartões inteligentes para agricultores. Disponível em: <https://www.thedailystar.net/business/economy/news/govt-plans-smart-cards-farmers-3811736>

[9] Pesquisa da Força de Trabalho 2022. Disponível em: Bangladesh Bureau of Statistics (BBS). (2022). Pesquisa da Força de Trabalho 2022. Data: BBS, Divisão de Estatísticas e Informática, Ministério do Planejamento.
